



Análise PLC 315/2009 - versão Autógrafo Senado.

Justificativa:

Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 - Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

4- Fundamentação/Análise Técnica/Parecer	
1.1.	Em atenção ao Ofício nº 222/2018/SUPAR-PRE E POS da Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República, de 18 de abril de 2018, para manifestação do Ministério do Meio Ambiente sobre o Projeto de Lei nº

315, de 2009 (nº 54/03 na Câmara dos Deputados), de autoria do ex-Deputado Chico da Princesa, e em atenção ao Ofício nº 2448/2018-MMA, de 18 de abril de 2018, que solicita à Agência Nacional de Águas (ANA) manifestação sobre a Redação Final do referido Projeto de Lei, que se encontra em fase de sanção presidencial, informamos que, historicamente, desde 2006, a Agência Nacional de Águas (ANA) vem se posicionando contrariamente à matéria de que trata o PLC nº 315/2009, desde o seu precursor PL nº 54/2003, de igual teor.

- 1.2. O PLC 315/2009 altera a distribuição da parcela pertencente aos Estados e municípios dos recursos financeiros decorrentes da Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH), instituída pela Lei Federal nº 8.001/1990 que regulamentou dispositivo constitucional que assegura aos Estados e municípios, e a órgãos da administração direta da União, uma compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica no seu respectivo território, o qual atinge também a distribuição dos Royalties de Itaipu.
- 1.3. Conforme registros, em junho de 2006, por meio da Nota PGE/ECC nº 018/2007 (doc. 12172/2007) - (Anexa), a Assessoria do Procurador Geral da ANA opinou pela não recomendação à alteração proposta pelo PL nº 54/2003.
- 1.4. Por sua vez, a Nota Informativa Conjunta nº 01/2010/SAG/ASPLA (doc. 4478/2010) - (Anexa), de 09 de março de 2010, dirigida ao Coordenador-Geral das Assessorias da ANA, posicionou pela rejeição do PLC 315/2009.
- 1.5. Em resposta a Carta Circular nº 1/2011/CAC (doc. 1512/2011) - (Anexa), de 21 de janeiro de 2010, a Comunicação Interna nº 028/2011/SAG (doc. 3911/2011) - (Anexa), de 15 de fevereiro de 2011, apresenta informações sobre arrecadação e distribuição da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e dos impactos produzidos pelo PLC 315/2009.
- 1.6. Em 5 de julho de 2017, o Diretor Presidente da ANA encaminhou aos Secretários de Estado o Ofício Circular nº 28/2017/AA-ANA (doc. 42295/2017) - (Anexo) alertando-os que *"caso o PL 315/2009 seja aprovado, estes recursos ('da CFURH destinada aos Estados') serão significativamente reduzidos, podendo ter consequências de grande gravidade, comprometendo programas e projetos atualmente apoiados pelos Estados e interrompendo iniciativas importantes"*.
- 1.7. Na mesma toada, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) aprovou, em 13 de abril de 2010, a Moção nº 51 (Anexo), dirigida aos Senadores da República, recomendando a rejeição do PLC nº 315/2009.
- 1.8. Assim, a ANA vislumbra que a aprovação do PLC nº 315/2009 trará grandes prejuízos e prenuncia retrocessos na gestão dos recursos hídricos, justamente quando o País vive a pior crise hídrica de sua história, pois reduz de 45% para 25% o percentual da arrecadação da CFURH destinada aos Estados e aumenta o percentual dos municípios de 45% para 65%.
- 1.9. O mérito do projeto foi defendido sob o argumento de que as áreas alagadas nos municípios impedem o desenvolvimento de outras atividades econômicas, por isso, fariam jus a uma compensação maior.
- 1.10. Entretanto, a Constituição Federal determina que no Brasil a gestão das águas é feita pela União ou pelos Estados. Os municípios não têm mandato legal para a gestão de recursos hídricos. Aumentar a parcela de recurso da CFURH para os municípios sem garantia de aplicação na gestão dos recursos hídricos significa reduzir os recursos disponíveis para essa finalidade.

- 1.11. Exercitando sobre os dados da CFURH de 2017, disponíveis em <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial>, isso significa uma redução de cerca de R\$ 450 milhões/ano de arrecadação aos Estados, transferindo esses recursos para municípios que possuem áreas alagadas por reservatórios de usinas hidrelétricas.

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA, em R\$				ROYALTIES DE ITAIPU, em R\$			
2017		Exercício Futuro		2017		Exercício Futuro	
UF	Valor	Estimativa Novo Valor com PL 315/2009	Perda Estadual	UF	Valor	Estimativa Novo Valor com PL 315/2009	Perda Estadual
AL	4.920.196	2.733.442	2.186.754	AL	0	0	-
AM	1.750.250	972.361	777.889	AM	0	0	-
AP	6.206.326	3.447.959	2.758.367	AP	0	0	-
BA	19.418.263	10.787.924	8.630.339	BA	0	0	-
DF	183.759	102.088	81.670	DF	26.409	14.672	11.738
ES	1.264.153	702.307	561.846	ES	0	0	-
GO	46.456.280	25.809.044	20.647.236	GO	10.749.834	5.972.130	4.777.704
MA	3.412.343	1.895.746	1.516.597	MA	0	0	-
MG	97.575.766	54.208.759	43.367.007	MG	27.366.092	15.203.384	12.162.708
MS	27.954.490	15.530.272	12.424.218	MS	5.716.443	3.175.802	2.540.641
MT	23.542.686	13.079.270	10.463.416	MT	0	0	-
PA	86.556.896	48.087.165	38.469.732	PA	0	0	-
PE	2.612.374	1.451.319	1.161.055	PE	0	0	-
PI	958.505	532.503	426.002	PI	0	0	-
PR	90.195.992	50.108.884	40.087.107	PR	309.659.207	172.032.893	137.626.314
RJ	7.471.634	4.150.908	3.320.726	RJ	0	0	-
RO	64.027.761	35.570.978	28.456.783	RO	0	0	-
RS	39.188.134	21.771.186	17.416.948	RS	0	0	-
SC	30.758.821	17.088.234	13.670.587	SC	0	0	-
SE	3.861.039	2.145.022	1.716.017	SE	0	0	-
SP	78.925.657	43.847.587	35.078.070	SP	12.247.635	6.804.241	5.443.393
TO	10.793.324	5.996.291	4.797.033	TO	0	0	-
TOTAL	648.034.649	360.019.249	288.015.399	TOTAL	365.765.620	203.203.122	162.562.498
Valores 2017: Fonte ANEEL				Valores 2017: Fonte ANEEL			
em http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial , acesso em abr/17.				em http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial , acesso em abr/17.			

- 1.12. Merece atenção o fato de que não serão todos os municípios brasileiros beneficiados pela alteração do PLC 315/2009, pois a proposta não muda a regra para distribuição geográfica do recurso. Em 2017, somente 727 dos 5570 municípios receberam CFURH e/ou Royalties de Itaipu, ou seja, somente 13% dos municípios brasileiros serão beneficiados com o PLC 315/2009.
- 1.13. Mesmo a arrecadação adicional não é significativa para muitos municípios, pois 100 dos 727 municípios que mais recebem CFURH e/ou Royalties de Itaipu concentram 72% (R\$ 731,78 milhões) da CFURH destinada aos municípios (R\$ 1,013 bilhão), recebendo em média R\$ 7,32 milhões cada um, e passariam a receber, com o PLC 315/2009, em média R\$ 10,57 milhões cada um, um acréscimo médio de R\$ 3,25 milhões cada um. Na outra banda, 400 dos 727 municípios que menos recebem CFURH e/ou Royalties de Itaipu somam apenas 6% (R\$ 59,34 milhões) da CFURH destinada aos municípios (R\$ 1,013 bilhão), recebendo em média R\$ 148 mil cada um, e passariam a receber, com o PLC 315/2009, em média R\$ 214 mil cada um, um acréscimo médio de R\$ 66 mil cada um.
- 1.14. Boa parte dos Estados destina os recursos da CFURH para os Fundos Estaduais de Recursos Hídricos, financiando ações que objetivam assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, além da prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

- 1.15. Como exemplo, o Estado do Rio de Janeiro aponta que “o percentual destinado ao Estado é receita do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), integralmente revertida para custeio dos órgãos executivos do Sistema Fluminense de Gestão das Águas (Inea e entidades delegatárias de agência de água dos nove comitês de bacia instalados no estado)”.
- 1.16. Por sua vez, o Estado de São Paulo aponta que, “com base em 2016 a receita relativa à CFURH foi de R\$ 106,4 milhões. Caso à época estivesse vigente o PL aprovado essa receita seria reduzida para R\$ 59,1 milhões. Com isso o FEHIDRO teria a receita de R\$ 74,5 milhões reduzida para R\$ 41,4 milhões e o Fundo Estadual do Agronegócio Paulista - FEAP (destinatário de 30% da CFURH e voltado à agricultura familiar) redução de R\$ 31,9 milhões para 17,7 milhões”.
- 1.17. Observa-se, portanto, que com o PLC 315/2009, ações de conservação e uso racional de água, despoluição de bacias hidrográficas, dentre outras ações que poderiam beneficiar um número maior de municípios, terão que ter seu escopo ou área de abrangência reduzidos.
- 1.18. Como a água é um fator limitante ao desenvolvimento econômico, estas ações visam exatamente a contribuir para o desenvolvimento econômico regional e não só daqueles 727 municípios agraciados com a CFURH, cuja destinação, via de regra, não é a gestão dos recursos hídricos.

5- Conclusão e/ou proposição

- 1.19. Desta forma, como não há alteração do teor do PLC nº 315/2009, desde o seu precursor PL nº 54/2003, sugere-se que a Agência Nacional de Águas se mantenha contrária a aprovação do PLC 315/2009.

Brasília, 19 de abril de 2018.

(assinado eletronicamente)
MARCO ANTÔNIO MOTA AMORIM
Especialista em Recursos Hídricos

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
MOÇÃO CNRH Nº 51, DE 13 DE ABRIL DE 2010

(Publicado no D.O.U. em 27/05/2010)

Recomenda a rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, em tramitação no Senado Federal, que reduz o percentual de recursos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos-CFURH destinado aos Estados.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando que, diante do dinamismo econômico do País, requer-se maior garantia de sustentabilidade financeira para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SINGREH, de modo que este mantenha, consolide e expanda a sua atuação diante da crescente pressão sobre os recursos hídricos;

Considerando que parte da parcela que os Estados recebem da Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos, definida na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 01, de 7 de fevereiro de 1991, representa significativa fonte de financiamento para a implementação da política de recursos hídricos;

Considerando que os fundos estaduais de recursos hídricos são os instrumentos criados pelos Estados da Federação para garantir o financiamento das ações relativas à gestão de recursos hídricos no âmbito estadual;

Considerando que a Política Nacional de Recursos Hídricos se fundamenta, dentre outros, na descentralização e gestão compartilhada entre o Poder Público, os usuários e as comunidades; e

Considerando que o Projeto de Lei nº 315, de 2009 reduz a parcela da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Estados de 45% para 25%, o que corresponde uma redução no repasse, tomando por referência o ano de 2009, da ordem de R\$ 230.000.000,00, resolve:

Aprovar moção dirigida aos Senadores da República, contrária à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, em tramitação no Senado Federal, que altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 07 de fevereiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos-CFURH.

IZABELLA TEIXEIRA
Presidente

SILVANO SILVÉRIO DA COSTA
Secretário-Executivo

NOTA PGE/ECC Nº 018/2007
Doc. 12172/2007

EMENTA : **Projeto de Lei nº 54, de 2003. Autoria do Deputado Chico da Princesa. Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 001, de 11 de janeiro de 1991, bem como o art. 29 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Compensação Financeira dos recursos hídricos. Parcelas dos Estados e Municípios. Não recomendação à alteração proposta.**

Senhor Procurador-Geral Substituto,

Trata-se de encaminhamento enviado pelo Sr. Cláudio Antonio Mauro, assessor parlamentar da Agência Nacional de Águas, para que se proceda à análise jurídica do Projeto de Lei nº 54, de 2003, de autoria do Deputado Chico da Princesa, que visa à alteração do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 001, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela, pertencente aos Estados e Municípios, do produto da Compensação Financeira pela exploração de Recursos Hídricos (CFRH) para fins de geração de energia elétrica, bem como do art. 29 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

2. O art. 29 da lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, alterou a redação do art. 1º da Lei nº 8.001, de 1990, passando a vigorar com o seguinte teor:

“art. 1º A distribuição mensal da compensação financeira de que trata o inciso I do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação alterada por esta Lei, será feita da seguinte forma:

I – quarenta e cinco por cento aos Estados;

II – quarenta e cinco por cento aos Municípios;

III – três por cento ao Ministério do Meio Ambiente;

IV – três por cento ao Ministério de Minas e Energia;

V – quatro por cento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991.”

3. O projeto de lei proposto pelo Deputado Chico da Princesa propõe a alteração da redação do dispositivo, conforme transcrito abaixo:

*art. 1º - Os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, confirmado pelo art. 54 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e art. 29 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, **passam a vigorar com a seguinte redação:***

I – 25% (vinte e cinco por cento) aos Estados:

II – 65% (sessenta e cinco por cento) aos Municípios.

(grifo nosso)

4. Nos termos apresentados, os Municípios terão sua cota aumentada, retirando dos Estados parte de sua parcela em relação à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

5. Dentre as justificativas para alteração o projeto destaca, dentre outras: (1) para os Municípios afetados pelos reservatórios de usinas hidrelétricas, suas áreas alagadas constituíam as maiores fontes produtivas e geradoras de empregos e receitas, devido à fertilidade da terra; (2) no caso da exploração mineral, a distribuição do percentual devido aos Estados e Municípios, seguiu a dinâmica do projeto de lei; e (3) as receitas das compensações financeiras pouco ou quase nada representam para os Estados.

6. O projeto foi submetido à apreciação de alguns Ministérios, que emitiram resumidamente, o seguinte entendimento: (1) Ministério de Minas e Energia: nada a opor; (2) Ministério da Integração Nacional: considera que a compensação deveria ser no sentido oposto àquele contemplado no Projeto de lei, ou seja, alocação de 65% dos recursos para os Estados e 25% para os Municípios; e (3) Ministério da Fazenda: é contrário à aprovação do Projeto de Lei. Em relatório da Comissão de Minas e Energia o Deputado relator Nelson Meurer pronunciou-se pela aprovação do projeto de lei.

7. A compensação financeira, objeto do projeto de lei, tem fulcro constitucional no art. 20 § 1º, e difere da cobrança pelo uso da água, um dos instrumentos previstos na Lei nº 9.433, de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. O objetivo da compensação é o pagamento pelas concessionárias de energia elétrica, segundo os resultados ou lucros auferidos. Na cobrança, o pagamento incidirá independentemente do lucro auferido.¹ Por outra banda, não há que se falar de vício de inconstitucionalidade formal a respeito da iniciativa do Projeto de Lei, uma vez que o art. 48, I, da Constituição Federal estipula a competência do Congresso Nacional.

8. No âmbito do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em vários Estados, as receitas da compensação financeira são destinadas a “Fundos” para a realização de programas de proteção, recuperação, controle e conservação de recursos hídricos, no âmbito da respectiva bacia hidrográfica. A destinação desta verba é conferida pelos comitês de bacias, que, em sua maioria, não têm ainda instalado o sistema de cobrança. Portanto, as verbas para respaldar a sanidade da bacia hidrográfica e, conseqüentemente, os recursos hídricos, têm na compensação financeira a única forma de gerar receitas.

9. Os beneficiários desta receita são, em última instância, os Municípios, ou seja, o endereçamento local das verbas auferidas para recuperação de áreas degradadas, projetos de educação ambiental, realização de saneamento básico, dentre outros. A

¹ Souza, Emiliano. Contestação. Processo nº 2004.38.00.15378-1 (19ª Vara Federal – MG).

alteração pretendida, retirando dos Estados esta receita, poderá prejudicar as metas da Política Nacional de Recursos Hídricos: assegurar padrões de qualidade da água para as presentes e futuras gerações e prevenção e defesa contra eventos hidrológicos. Por outra via, se forem as receitas direcionadas aos Municípios, não haverá como garantir, pontualmente, a utilização para tal fim. Ressalta-se que os corpos de água são bens de domínio da União e dos Estados, conforme determinação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal.

10. Assim, diante dos motivos, acima elencados, opinamos pela não recomendação à alteração proposta pelo Projeto de Lei nº 54, de 2003.

É o que nos cabia analisar.

Brasília-DF, de junho de 2006.

Eldis Camargo

Assessora do Procurador-Geral Substituto

Liliane Marques Thomaz

Assistente da Procuradoria-Geral

Ofício Circular nº 28/2017/AA-ANA
Documento nº 00000.042295/2017-48

Brasília, 5 de julho de 2017.

Aos Senhores Secretário de Estado

Assunto: Projeto de Lei 315, de 2009 que altera substancialmente a repartição dos recursos provenientes da Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hídricos para a Geração de Energia Elétrica - CFURH.

Referência:

Senhores¹ (as) Secretários (as) de Estado,

1. Considerando a necessidade de maior garantia de sustentabilidade financeira para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, de modo que este mantenha, consolide e expanda a sua atuação diante da atual e da crescente pressão sobre os recursos hídricos, a Agência Nacional de Águas - ANA, assim como o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, têm envidado esforços para que os recursos da Compensação Financeira Pela Utilização De Recursos Hídricos - CFURH sejam direcionados ao suporte financeiro dos Sistemas de Gerenciamento e das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos do País, a cargo dos Estados.
2. Nesse sentido, a ANA se sente na responsabilidade de informar as Secretarias Estaduais encarregadas da gestão dos recursos hídricos acerca da tramitação do PL 315 de 2009, que altera substancialmente a repartição dos recursos provenientes da Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hídricos para a Geração de Energia Elétrica - CFURH.
3. O referido Projeto de Lei dispõe que os 45% desses recursos, atualmente destinados aos Estados, sejam reduzidos a 25%, transferindo os 20% restantes aos municípios impactados pelos reservatórios das unidades geradoras de energia hidrelétrica, somando-se, portanto aos 45% dos recursos da CFURH já atualmente destinado a eles.
4. Em recente levantamento realizado pela ANA, observa-se que 22 das 27 unidades federativas e cerca de 700 municípios recebem recursos da CFURH. No ano de 2016, os recursos repassados aos estados pela CFURH, incluídos os *royalties* de Itaipu, atingiram o montante aproximado de R\$ 1,15 bilhão, mesmo valor repassado aos municípios.
5. No referido levantamento da ANA identificou-se, ainda, que das 22 unidades federativas que recebem a parcela da CFURH, 16 delas direcionam parte desses recursos para apoio à implementação dos sistemas de meio ambiente e de recursos hídricos dessas unidades.
6. Além disso, é também razoável pensar que aos estados cabe o apoio à implementação dos sistemas de proteção ambiental e de recursos hídricos à totalidade dos municípios, inclusive à

1 Os documentos destinados a ANA devem, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço www.ana.gov.br
Setor Policial - Área 5 - Quadra 3 – Blocos “B”, “L”, “M” e “T” – Brasília-DF, CEP 70610-200 – telefone (61) 2109-5400
e-mail: dproe@ana.gov.br – página eletrônica: www.ana.gov.br

imensa maioria não beneficiada com os recursos da CFURH por não serem esses municípios impactados por reservatórios de geração de energia.

7. Apenas para uma análise de sensibilidade, caso o PL estivesse vigendo em 2016, os 22 estados credenciados a receberem os recursos da CFURH obteriam cerca de R\$ 510 milhões a menor, enquanto que os aludidos 700 municípios obteriam cerca de R\$ 510 milhões a mais.

8. Portanto, chamamos a atenção de Vossa Excelência para o fato de que, caso o PL 315/2009 seja aprovado, estes recursos serão significativamente reduzidos, podendo ter consequências de grande gravidade, comprometendo programas e projetos atualmente apoiados pelos Estados e interrompendo iniciativas importantes.

9. Deve-se ter em conta, no cenário dessas discussões, as moções produzidas no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos –CNRH em abril e junho de 2010, respectivamente, que dispõem sobre o PL 315, de 2009, e sobre proposta de direcionamento de recursos da CFUR aos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos ou equivalentes. Para melhor avaliação de Vossa Excelência, encaminhamos as referidas moções em anexo.

10. Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência, meus cumprimentos e coloco a Agência nacional de Águas à disposição para oferecer informações adicionais que se façam necessárias.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)
VICENTE ANDREU
Diretor- Presidente



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
MOÇÃO Nº 52, DE 10 DE JUNHO DE 2010

(Publicada no D.O.U em 11/08/2010)

Recomenda a edição de Medida Provisória vinculando percentuais mínimos dos recursos provenientes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para a Geração de Energia Elétrica aos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos ou equivalentes.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando que se requer maior garantia de sustentabilidade financeira para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SINGREH, de modo que este mantenha, consolide e expanda a sua atuação diante da crescente pressão sobre os recursos hídricos;

Considerando o Subprograma II.4 do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que visa identificar fontes de receita para financiamento de ações voltadas para a gestão integrada dos recursos hídricos no contexto da bacia hidrográfica, com vistas à sustentabilidade econômico-financeira das ações propostas;

Considerando a Constituição Federal de 1988 que assegura, no § 1º do art. 20, aos Estados, participação no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica ou Compensação Financeira por essa exploração;

Considerando a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que instituiu a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Geração de Energia Elétrica e a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que destinou aos Estados o percentual de 45% da referida Compensação Financeira, correspondente a R\$ 535 milhões no ano de 2009;

Considerando a necessidade de estabelecer percentual de repasse dos recursos da Compensação Financeira para os fundos de recursos hídricos ou equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, que promovem o financiamento das ações relativas à gestão de recursos hídricos, resolve:

Aprovar moção dirigida à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que recomenda a edição de Medida Provisória vinculando percentuais mínimos dos recursos provenientes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para a Geração de Energia Elétrica aos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos ou equivalentes, na forma do Anexo a esta Moção.

IZABELLA TEIXEIRA
Presidente

SILVANO SILVÉRIO DA COSTA
Secretário-Executivo

ANEXO - MINUTA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº XXX, de XX de XXXXXXXXXX de 2010

Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica acrescido o § 7º ao art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com a seguinte redação:

“§ 7º Os recursos a que se refere o inciso I deste artigo deverão ser destinados ao correspondente Fundo Estadual de Recursos Hídricos ou equivalente e, na ausência destes, ao correspondente órgão responsável pela implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, assegurados os seguintes percentuais mínimos:

- I - trinta por cento a partir de 1º de janeiro de 2012;
- II - quarenta por cento a partir de 1º de janeiro de 2014;
- III - cinquenta por cento a partir de 1º de janeiro de 2016;
- IV - sessenta por cento a partir de 1º de janeiro de 2018;
- V - setenta por cento a partir de 1º de janeiro de 2020.”

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, XX de março de 2010; XXXº da Independência e XXXº da República.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
MOÇÃO CNRH Nº 51, DE 13 DE ABRIL DE 2010

(Publicado no D.O.U. em 27/05/2010)

Recomenda a rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, em tramitação no Senado Federal, que reduz o percentual de recursos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos-CFURH destinado aos Estados.

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando que, diante do dinamismo econômico do País, requer-se maior garantia de sustentabilidade financeira para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SINGREH, de modo que este mantenha, consolide e expanda a sua atuação diante da crescente pressão sobre os recursos hídricos;

Considerando que parte da parcela que os Estados recebem da Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos, definida na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 01, de 7 de fevereiro de 1991, representa significativa fonte de financiamento para a implementação da política de recursos hídricos;

Considerando que os fundos estaduais de recursos hídricos são os instrumentos criados pelos Estados da Federação para garantir o financiamento das ações relativas à gestão de recursos hídricos no âmbito estadual;

Considerando que a Política Nacional de Recursos Hídricos se fundamenta, dentre outros, na descentralização e gestão compartilhada entre o Poder Público, os usuários e as comunidades; e

Considerando que o Projeto de Lei nº 315, de 2009 reduz a parcela da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Estados de 45% para 25%, o que corresponde uma redução no repasse, tomando por referência o ano de 2009, da ordem de R\$ 230.000.000,00, resolve:

Aprovar moção dirigida aos Senadores da República, contrária à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, em tramitação no Senado Federal, que altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 07 de fevereiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos-CFURH.

IZABELLA TEIXEIRA
Presidente

SILVANO SILVÉRIO DA COSTA
Secretário-Executivo



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
OLIVIER FERREIRA DAS CHAGAS
SECRETÁRIO DE ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH
AV. PREFEITO HERÁCLITO ROLLEMBERG, 4444 - DIA - DISTRITO INDUSTRIAL DE
ARACAJU - FAROLÂNDIA
49030-640 ARACAJU /SE
REFERÊNCIA: OFICIO CIRCULAR 28/2017/AA-ANA - 00000.042295/2017-48



Setor Policial - Área 5, Quadra 3, Blocos B, L, M e T - CEP: 70.610-200 - Brasília-DF
Fone: (61) 2109-5400 - <http://www.ana.gov.br>

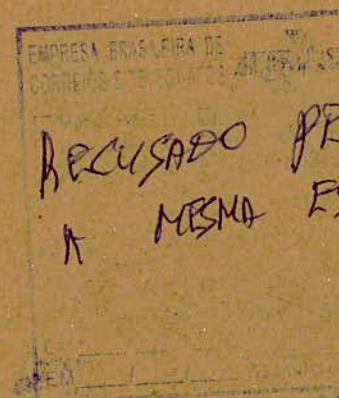


AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

A SUA SENHORIA O SENHOR
MÁRIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
SECRETÁRIO EXECUTIVO
SECRETARIA DE ESTADO DE RECURSOS HÍDRICOS E ENERGÉTICOS - SRHE
AVENIDA CRUZ CABUGÁ, 1111 - SANTO AMARO - SANTO AMARO
50040-000 RECIFE / PE
REFERÊNCIA: OFÍCIO CIRCULAR 28/2017/AA-ANA - 00000.042295/2017-48



AS
1520



RECUSADO PELA PROTEÇÃO
A MESMA ESTAVA FAZENDO
PALAVRA CRUZADA

João José de Azevedo
Mário Cavalcanti de Albuquerque
Mário de Carvalho



Setor Policial - Área 5, Quadra 3, Blocos B, L, M e T - CEP: 70.610-200 - Brasília-DF
Fone: (61) 2109-5400 - <http://www.ana.gov.br>



Carta Circular nº 1/2011/CAC

Documento nº: 1542/2011

Em 21 de janeiro de 2010

Aos Senhores Superintendentes de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos; Implementação de Programas e Projetos; de Regulação e ao Senhor Coordenador de Gestão Estratégica

Assunto: **PLC 315**

Referências: documentos 00000.027376/2010 e 00000.026778/2010

1. Encaminho a Vossa Senhoria cópias dos documentos 00000.027376/2010 e 00000.026778/2010 que tratam dos pedidos de informações sobre arrecadação e distribuição da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e dos impactos produzidos pelo PLC nº 315, de 2009. Os pedidos vieram da assessoria parlamentar e do gabinete da Ministra do Meio Ambiente da Presidência da República, que, por sua vez, foram demandados pelo Senador Arthur Virgílio.

2. Gostaria de saber de Vossa Senhoria, se a sua unidade organizacional poderia responder as questões que se seguem:

Pergunta nº 1 - De que maneira a aprovação do PLC 315/09 afetaria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH – e o seu financiamento?

Pergunta nº 2 - A Agência Nacional de Águas – ANA – tem conhecimento da aplicação dos recursos hídricos da compensação financeira, distribuídos aos estados, em ações concretas de despoluição de bacias críticas?

Pergunta nº 3 - Qual o papel dos municípios no SINGREH e qual a sua responsabilidade e competência na gestão dos recursos hídricos?

Pergunta nº 4 - Em 2006, o Brasil aprovou o seu Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH. Quais os principais direcionamentos do PNRH e quais as suas fontes de financiamento?

Pergunta nº 5 - Diante das perspectivas de crescimento econômico do país, e diante do fato de que a água, em quantidade e qualidade, é fator limitante do desenvolvimento, de que forma a aprovação do PLC 315/09 afetaria tais perspectivas?

3. Solicito a gentileza de retornar-nos com a maior brevidade possível.

Atenciosamente,



ANTÔNIO FÉLIX DOMINGUES
Coordenador de Articulação e Comunicação

Despacho nº 1
Referência nº 00000.026171/2018-04

Em 20 de abril de 2018.

UORG de destino: SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - SAS.
Motivo: PARA TRAMITAÇÃO

FAVOR FAZER CHEGAR A GGAC/COPAR, COM URGÊNCIA, PARA INSERÇÃO AO PROCESSO 02000.000318/2012-68.

SUGERE-SE A COPAR INSERIR, NESTE PROCESSO, CÓPIA DOS SEGUINTE DOCUMENTOS QUE ENCONTRAM-SE DE POSSE DA COPAR: Nota Informativa Conjunta nº 01/2010/SAG/ASPLA (doc. 4478/2010) E Comunicação Interna nº 028/2011/SAG (doc. 3911/2011).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
MARCO ANTONIO MOTA AMORIM
Especialista em Recursos Hídricos

Nota Informativa Conjunta nº 01/2010/SAG/ASPLA

Documento nº 004478/2010

Em 09 de março de 2010

Ao Senhor Coordenador-Geral das Assessorias

Assunto: **Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009**

1. Trata-se esta nota informativa do Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, de autoria do Deputado Federal Chico da Princesa, que “*altera o art. 1º da Lei 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1992, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da compensação Financeira dos Recursos Hídricos – CFRH*”

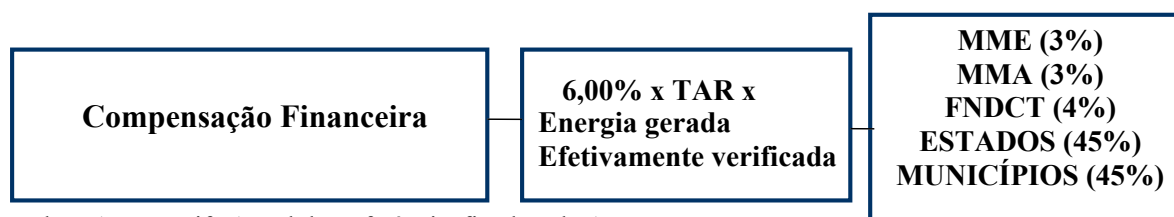
A Compensação Financeira

2. A Constituição Federal de 1988 assegura, no § 1º do art. 20, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como aos órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica ou Compensação Financeira por essa exploração.

3. A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para geração de Energia Elétrica – CFURH foi instituída por meio da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, assim como estabeleceu que sua distribuição se efetuará proporcionalmente, levando-se em conta as áreas inundadas e outros parâmetros de interesse público.

4. A Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, definiu os percentuais de distribuição da Compensação Financeira entre Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União. Esses percentuais de distribuição vieram a ser alterados pelo Decreto nº 01, de 07 de fevereiro de 1991, e pelas Leis nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998 (com alteração dada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000). Posteriormente, essa distribuição foi novamente alterada pelas modificações dadas pela Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000.

5. Na figura 1 são apresentados os critérios de cálculo e o esquema atual de distribuição dos recursos arrecadados entre os entes da Federação e órgãos públicos.



onde: TAR = Tarifa Anual de Referência, fixada pela ANEEL

Figura 1 – Critérios de cálculo e distribuição básica da Compensação Financeira

6. Os recursos arrecadados por meio da CFURH são transferidos mensalmente a 21 Estados e ao Distrito Federal e à cerca de 640 municípios. Os valores aumentam a cada ano devido às atualizações do valor da tarifa anual de referência e ao aumento da geração de energia hidrelétrica no país. Em 2009 foram repassados aos Estados e Municípios cerca de R\$ 1.070 milhões, sendo R\$ 535 milhões para os Estados e a mesma quantia aos Municípios.

A importância da Compensação Financeira para a Gestão de Recursos Hídricos no Brasil

7. A Constituição Brasileira dispõe que cabe à União e aos Estados a competência de gestão dos recursos hídricos em seus respectivos domínios.

8. A Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, define, em seu capítulo VI, competências específicas para a União e os Estados, destacando:

- outorgar os direitos de uso de recursos hídricos e regulamentar e fiscalizar os usos, em seus respectivos domínios;
- implantar e gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, nos respectivos âmbitos de atuação; entre outras.

9. Para cumprir estas atribuições a União e os Estados contam de maneira expressiva com os recursos oriundos da Compensação Financeira.

10. À luz do art. 29, § 4º, da Lei 9.984, de 2000, a parte da compensação financeira que cabe ao MMA deverá ser aplicada na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e no gerenciamento da rede hidrometeorológica nacional.

11. O percentual referente aos Estados e Municípios não têm destinação vinculada legalmente, entretanto, os Estados tem instituído fundos específicos de recursos hídricos.

12. Os Fundos Estaduais de Recursos Hídricos - FERHs são os instrumentos que os Estados da Federação, de uma forma geral, criaram para custear a execução de ações voltadas para a gestão de recursos hídricos e garantir a sustentabilidade financeira dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

13. Quase todas as unidades da Federação já criaram seus respectivos FERHs, restando apenas o Distrito Federal, Pará e Roraima, segundo dados do final de 2008.

14. Os FERHs possuem diversas fontes de recursos, porém, na maioria deles, a principal é a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

15. Os recursos da CFURH transferidos aos FERHs são aplicados em diversas ações relacionadas à gestão de recursos hídricos que beneficiam todos os municípios localizados em seu território, como:

- Conservação, Proteção e Recuperação da Qualidade dos Recursos Hídricos
- Conservação e Proteção dos Mananciais Superficiais de Abastecimento Urbano
- Contenção e remoção de plantas aquáticas

- Limpeza mecânica e canalizações de cursos d'água
- Prevenção e Defesa Contra Erosão do Solo e o Assoreamento dos Corpos d'Água
- Prevenção e Defesa Contra Inundações
- Desenvolvimento e Proteção das Águas Subterrâneas
- Desenvolvimento dos Municípios Afetados por Reservação e Leis de Proteção Mananciais
- Desenvolvimento Racional da Irrigação
- Planejamento de Recursos Hídricos
- Custeio de Órgãos Gestores de Recursos Hídricos
- Apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos
- Monitoramento quali-quantitativo
- Projetos de pesquisa científica
- Cartografia Digital, SIG e Sensoriamento Remoto
- Implementação dos Instrumentos de Gerenciamento de Recursos Hídricos (plano, outorga, cobrança, enquadramento e sistema de informação)
- Capacitação e Treinamento

16. Desta forma, pode-se afirmar que a CFURH se constitui atualmente na principal fonte de recursos para garantir a sustentabilidade financeira dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

17. Já os recursos destinados aos 640 municípios afetados pela geração de energia hidrelétrica são usados de forma indistinta, não sendo assegurada a sua aplicação em ações de gestão de recursos hídricos ou saneamento.

A Proposta do PL 315 e suas conseqüências para a Gestão de Recursos Hídricos no Brasil

18. O Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, diminui o percentual da CFURH distribuída aos Estados de 45% para 25% e aumenta o percentual distribuído aos Municípios de 45% para 65%, conforme proposta transcrita a seguir.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I - 25% (vinte e cinco por cento) aos Estados;

II - 65% (sessenta e cinco por cento) aos Municípios;

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

19. A alteração proposta representa uma diminuição de quase à metade (44%) em relação ao percentual que é atualmente distribuído aos Estados. Considerando a arrecadação da CFURH em 2009, haverá **uma redução da ordem de R\$ 238 milhões** nos recursos recebidos anualmente pelos Estados.

20. A aprovação do PL 315 representará uma diminuição significativa nos recursos que são atualmente repassados aos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos. Esta diminuição irá reduzir a capacidade dos fundos de custear a execução de ações voltadas para a gestão de recursos hídricos e garantir a sustentabilidade financeira dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

21. Desta forma, pode-se considerar que a aprovação do PL 315 representará o enfraquecimento dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, indo de encontro às necessidades do Brasil neste momento.

22. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE¹, o Brasil resistiu à crise econômica mundial melhor do que muitos outros países graças a uma política econômica sólida desenvolvida nos últimos anos e há uma previsão de crescimento da economia da ordem de 4% para o ano de 2010.

23. Admitindo-se, a partir dessas previsões, um provável ritmo constante de crescimento econômico para os próximos anos, as demandas por água certamente também crescerão, aumentando as pressões sobre este recurso natural e a ocorrência de conflitos entre os setores usuários.

24. É urgente, portanto, fortalecer e garantir a sustentabilidade financeira dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH para que eles possam enfrentar os atuais e novos desafios que surgirão com crescimento da economia no país, e não enfraquecê-los como propõe o PL 315.

Atenciosamente,

PATRICK THOMAS

Especialista em Recursos Hídricos
Gerente de Cobrança pelo Uso de Recursos
Hídricos

ANNA FLÁVIA DE SENA FRANCO

Assessora de Planejamento

¹ “OCDE’s *Economic Survey of Brazil, 2009*” Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/35/18/43247511.pdf> (Consulta feita no dia 04 de setembro de 2009)



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Comunicação Interna nº 028/2011/SAG

Documento nº 003911/2011-50

Em 15 de fevereiro de 2011

Ao Senhor Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos

Assunto: **PLC 315/2009**

1. Com relação aos documentos 027376/2010 e 026778/2010 que tratam dos pedidos de informações sobre arrecadação e distribuição da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e dos impactos produzidos pelo PLC 315, 2009, encaminhamos em anexo respostas às perguntas 1, 2, 3 e 5, conforme solicitado por meio da Carta Circular nº 01/2011/CAC.

Atenciosamente,

GIORDANO BRUNO BOMTEMPO DE CARVALHO

Especialista em Recursos Hídricos - SAG

De acordo.

PATRICK THADEU THOMAS

Especialista em Recursos Hídricos

Gerente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - SAG

De acordo, encaminhe-se à ASPAR/CAC.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos

ANEXO

1. De que maneira a aprovação do PL 315 afetaria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH - e o seu financiamento?

A Constituição Brasileira dispõe que cabe à União e aos Estados a competência de gestão dos recursos hídricos em seus respectivos domínios.

A Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos -SINGREH, define, em seu capítulo VI, competências específicas para os Estados, destacando:

- outorgar os direitos de uso de recursos hídricos e regulamentar e fiscalizar os usos, em seus respectivos domínios;
- implantar e gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, nos respectivos âmbitos de atuação; entre outras.

Para cumprir estas atribuições, os Estados contam de maneira expressiva com os recursos oriundos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

O percentual da CFURH referente aos Estados e Municípios não têm destinação vinculada legalmente, entretanto, os Estados têm instituído os Fundos Estaduais de Recursos Hídricos – FERHs, que são os instrumentos por estes criados para custear a execução de ações voltadas para a gestão de recursos hídricos e garantir a sustentabilidade financeira dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Quase todas as unidades da Federação já criaram seus respectivos FERHs, restando apenas o Distrito Federal, Pará e Roraima, segundo dados do final de 2008.

Os decretos estaduais de regulamentação dos FERHs estabelecem diversas fontes de recursos, porém, na maioria deles, a única capaz de aportar recursos suficientes é a CFURH.

Com isso, pode-se afirmar que a CFURH se constitui atualmente na principal fonte de recursos para garantir a sustentabilidade financeira dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

O Projeto de Lei da Câmara no 315, de 2009, diminui o percentual da CFURH distribuída aos Estados de 45% para 25% e aumenta o percentual distribuído aos Municípios de 45% para 65%.

A alteração proposta representa uma diminuição de quase à metade (44%) em relação ao percentual que é atualmente distribuído aos Estados. Considerando a arrecadação da CFURH em 2009, haveria **uma redução da ordem de R\$ 238 milhões** nos recursos recebidos anualmente pelos Estados.

A aprovação do PL 315 representaria uma diminuição significativa nos recursos que são atualmente repassados aos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos. Esta diminuição irá reduzir a capacidade dos fundos de custear a execução de ações voltadas para a gestão de recursos hídricos e garantir a sustentabilidade financeira dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Desta forma, pode-se considerar que a aprovação do PL 315 representará o enfraquecimento dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, indo de encontro às necessidades do Brasil neste momento.

2. A ANA tem conhecimento da aplicação dos recursos financeiros da Compensação Financeira, distribuídos aos Estados, em ações concretas de despoluição de bacias críticas?

Alguns Estados já estabeleceram em sua legislação, já há algum tempo, um percentual fixo de aporte de suas receitas da Compensação Financeira aos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos – FERHs: SP, RJ, MG, ES, RS, SE e BA.

Os recursos da Compensação Financeira transferidos aos FERHs são aplicados em diversas ações relacionadas à gestão de recursos hídricos que beneficiam todos os municípios localizados em seu território, como:

- Conservação, Proteção e Recuperação da Qualidade dos Recursos Hídricos
- Conservação e Proteção dos Mananciais Superficiais de Abastecimento Urbano
- Contenção e remoção de plantas aquáticas
- Limpeza mecânica e canalizações de cursos d'água
- Prevenção e Defesa Contra Erosão do Solo e o Assoreamento dos Corpos d'Água
- Prevenção e Defesa Contra Inundações
- Desenvolvimento e Proteção das Águas Subterrâneas
- Desenvolvimento dos Municípios Afetados por Reservação e Leis de Proteção Mananciais
- Desenvolvimento Racional da Irrigação
- Planejamento de Recursos Hídricos
- Custeio de Órgãos Gestores de Recursos Hídricos
- Apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos
- Monitoramento quali-quantitativo
- Projetos de pesquisa científica
- Cartografia Digital, SIG e Sensoriamento Remoto
- Implementação dos Instrumentos de Gerenciamento de Recursos Hídricos (plano, outorga, cobrança, enquadramento e sistema de informação)
- Capacitação e Treinamento

No caso do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo - FEHIDRO, O Estado lhe distribui anualmente 70% da receita estadual proveniente da Compensação Financeira, sendo sua única fonte efetiva de recursos. O FEHIDRO encontra-se em operação há 16 anos e seus recursos vêm sendo aplicados em inúmeros estudos, projetos e obras previstos nos programas de investimentos dos planos de bacia hidrográfica. Além disso, é graças ao FEHIDRO que os 21 comitês de bacia hidrográfica do Estado de São Paulo possuem recursos para o seu próprio custeio, o que garante o exercício da gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos de domínio do Estado, em conformidade com os fundamentos das políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos.

O Estado de Minas Gerais, por sua vez, distribui anualmente ao seu fundo estadual, o FHIDRO, 50% da receita estadual proveniente da Compensação Financeira, o que tem possibilitado o custeio de uma série de intervenções para a recuperação das bacias mineiras, desde o início da operação do fundo em 2006. Além disso, o Decreto nº 45.230, de 3 de dezembro de 2009, estabeleceu o repasse de um percentual de até 7,5% dos recursos anuais do

FHIDRO para a aplicação nas ações de estruturação física e operacional de todos os comitês de bacia hidrográfica do Estado de Minas Gerais, com vistas ao fortalecimento da atuação dessas entidades.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, 94 % da receita estadual com a Compensação Financeira é destinada ao FUNDRHI, sendo que, a partir de 2011, 50% dos recursos distribuídos anualmente ao fundo serão aplicados no custeio da Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP. Desse modo, essa entidade terá maior robustez institucional, não só para continuar exercendo a função de Agência do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul - CEIVAP, mas também de todos os comitês das bacias hidrográficas fluminenses que fazem parte da bacia do Paraíba do Sul, uma das mais importantes do País em termos econômicos, sociais e ambientais.

Vale ressaltar o caráter estratégico da implementação da gestão integrada de recursos hídricos na Região Sudeste do País, tanto pela forte presença populacional, industrial e agrícola, quanto pelo fato dos territórios desses Estados estarem banhados por bacias hidrográficas dentre as mais importantes em nível Nacional, levando à necessidade de que seus fundos estaduais continuem funcionando e se fortalecendo daqui por diante.

Dada a importância que os FERHs vêm tendo para o SINGREH, cabe destacar a iniciativa do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH de encaminhar, à Casa Civil da Presidência da República, a Moção nº 52/2010, que recomenda a edição de Medida Provisória vinculando percentuais mínimos dos recursos distribuídos aos Estados provenientes da Compensação Financeira aos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos ou equivalentes.

3. Qual o papel dos municípios no SINGREH e qual a sua responsabilidade e competência na gestão dos recursos hídricos?

De acordo com Lei n. 9.433, de 1997, os municípios têm papel a desempenhar no SINGREH de duas maneiras.

De um lado, o Poder Público Municipal tem assento nos comitês de bacia hidrográfica garantido pela Lei nº 9.433, de 1997. A título de exemplo, no caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, os municípios têm o direito de ocupar 13 % dos assentos deste comitê. Além disso, como representantes de usuários de abastecimento urbano também participam na composição do comitê, os municípios, como titulares da prestação desses serviços, podem ocupar mais 6 assentos, o que na prática pode elevar o percentual de participação do Poder Público Municipal para 23 % no CBHSF.

Por outro lado, existem as competências do município estabelecidas na Constituição Federal de 1988. Segundo o art. 30º, compete aos Municípios:

“V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local...;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.”

Dessa forma, os municípios também são responsáveis pela conservação dos recursos hídricos em seu território, mediante:

- a coleta e tratamento do esgoto sanitário;
- a preservação de mananciais para abastecimento humano;

- a gestão da drenagem pluvial urbana;
- a prestação de serviços de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos; e
- o correto ordenamento territorial urbano, tendo em vista a preservação de mananciais de abastecimento e a prevenção de enchentes e inundações.

5. Diante das perspectivas de crescimento econômico do país, e diante do fato de que a água, em quantidade e qualidade, é fator limitante do desenvolvimento, de que forma a aprovação do PLC 315/09 afetaria tais perspectivas?

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE¹, o Brasil resistiu à crise econômica mundial melhor que muitos outros países, graças a uma política econômica sólida desenvolvida nos últimos anos, sendo que as previsões de crescimento anual da economia para os próximos anos gira em torno de 4% .

Admitindo-se, a partir dessas previsões, um provável ritmo constante de crescimento econômico para os próximos anos, as demandas por água certamente também crescerão, aumentando as pressões sobre este recurso natural e a ocorrência de conflitos entre os setores usuários.

É urgente, portanto, fortalecer e garantir a sustentabilidade financeira dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos para que eles possam enfrentar os atuais e novos desafios que surgirão com o crescimento da economia no país, e não enfraquecê-los, como propõe o PL 315.

Com a proposta do PL 315 haverá diminuição de recursos para os Fundos Estaduais de Recursos Hídricos, prejudicando a sustentabilidade financeira dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como para o custeio dos comitês e agências de bacia hidrográfica. Além disso, ao invés de se otimizar a aplicação dos recursos por meio de ações de maior custo-efetividade, que levem ao enfrentamento de problemas prioritários da bacia hidrográfica determinados pelo plano de recursos hídricos, haverá maior “pulverização” de recursos em consequência da aplicação em diversas pequenas ações de âmbito municipal, que não necessariamente são prioritárias no âmbito da bacia hidrográfica como um todo.

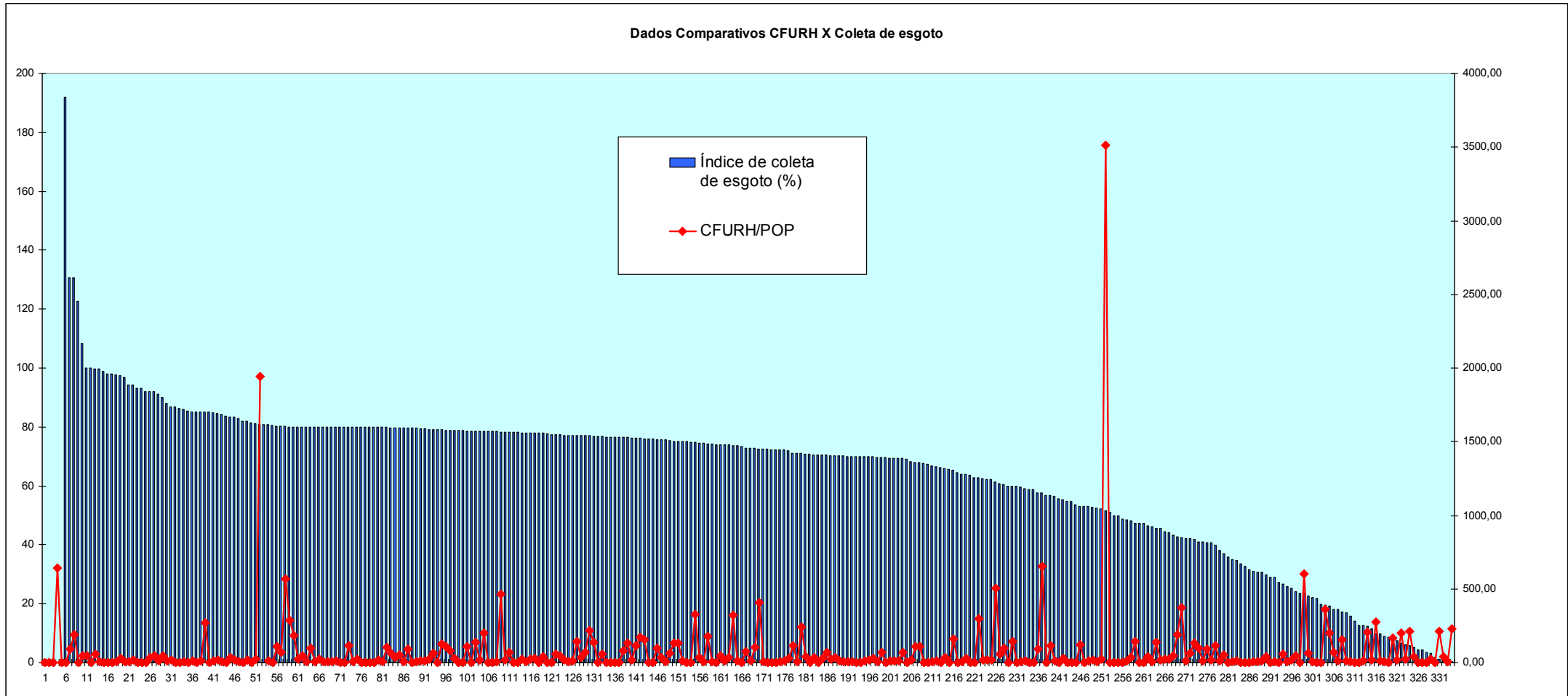
Por fim, não se pode afirmar que os recursos da Compensação Financeira, de modo geral, têm sido investidos pelos municípios em ações de melhoria das condições de saneamento. Tomando-se uma amostra de 334 municípios que recebem a Compensação e cujos indicadores de saneamento se encontram publicados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, e comparando-se os indicadores de coleta e tratamento de esgotos de cada município com os dados de Compensação Financeira por habitante, percebe-se que não há correlação entre essas variáveis. Essas comparações podem ser visualizadas por meio dos gráficos em anexo.

Em fim, cabe citar a Lei nº 7.990, de 1989, segundo a qual a aplicação dos recursos da Compensação Financeira está vedada somente para o pagamento de pessoal permanente e no pagamento de dívidas. Assim, enquanto vários Estados da Federação, apesar do grau de liberdade de aplicação da Compensação, repassam uma parcela significativa de suas receitas aos seus respectivos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos, é provável que os municípios não aplicarão o aumento de suas receitas proporcionado pelo PL 315 em ações de recuperação

¹ “OCDE’s Economic Survey of Brazil, 2009” Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/35/18/43247511.pdf> (Consulta feita no dia 04 de setembro de 2009).

e preservação de seus rios, significando que haverá perda significativa de receitas, tanto para o SINGREH, quanto para investimentos nesta importante área para o meio ambiente e para a economia.

Anexo 1 – Comparação entre a coleta de esgotos e a Compensação Financeira por habitante



Anexo 2 – Comparação entre o tratamento de esgotos e a Compensação Financeira por habitante

